



IMPACTO DO AUMENTO DO EFETIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA REDUÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS NO ESTADO DO AMAZONAS

Taina Luis Nery de Souza, Denison Melo de Aguiar, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Bruno Patrício de Azevedo Campos, Syllas Lucas Araújo da Silva , Luhan Ammy Andrade Picanço



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2026v12n1p372-390>

Artigo recebido em 10 de Março e publicado em 10 de Abril de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO:

Este estudo analisa o impacto do aumento do efetivo da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) na redução dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no estado. Diante de um déficit histórico de 11% no contingente policial na última década e da expansão de facções criminosas em rotas estratégicas de narcotráfico, a pesquisa investiga como o redimensionamento técnico pode elevar a eficiência operacional. A metodologia fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e descritiva. Os resultados indicam que a escassez de pessoal atinge níveis críticos em municípios fronteiriços e estratégicos, como Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, facilitando a interiorização da violência. Conclui-se que o incremento numérico, embora essencial, deve ser integrado ao Policiamento Orientado pela Inteligência (POI) e ao suporte de tecnologias avançadas, como biometria e motopatrulhamento tático. A eficácia estatal na redução da violência letal depende da superação da inércia institucional através de uma gestão baseada em evidências, alocação científica do efetivo e políticas robustas de valorização do capital humano e saúde mental. Tais medidas são indispensáveis para garantir a preservação da ordem pública, o fortalecimento institucional e o bem-estar social na Amazônia Ocidental.

Palavras-chave: Segurança Pública; Polícia Militar; Efetivo Policial; Eficiência Operacional; Inteligência Estratégica.



IMPACT OF INCREASING PUBLIC SECURITY FORCES ON THE REDUCTION OF VIOLENT CRIMES IN THE STATE OF AMAZONAS

ABSTRACT

This study analyzes the impact of increasing the military police force of the Amazonas Military Police (PMAM) on the reduction of Intentional Lethal Violent Crimes (CVLI) in the state. Facing a historical 11% deficit in the police contingent over the last decade and the expansion of criminal factions along strategic drug trafficking routes, this research investigates how technical resizing can enhance operational efficiency. The methodology is based on bibliographic and documentary research, utilizing a qualitative and descriptive approach. The results indicate that personnel shortages reach critical levels in strategic border municipalities, such as Tabatinga and São Gabriel da Cachoeira, facilitating the interiorization of violence. It is concluded that while a numerical increase is essential, it must be integrated with Intelligence-Led Policing (ILP) and supported by advanced technologies, such as biometrics and tactical motorcycle patrolling (ROCAM). State effectiveness in reducing lethal violence depends on overcoming institutional inertia through evidence-based management, scientific personnel allocation, and robust policies for human capital appreciation and mental health. Such measures are indispensable to ensure the preservation of public order, institutional strengthening, and social well-being in the Western Amazon.

Keywords: *Public Security; Military Police; Police Force; Operational Efficiency; Strategic Intelligence.*



IMPACTO DO AUMENTO DO EFETIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA REDUÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS NO ESTADO DO AMAZONAS

Souza et. al

¹ Cadete da Polícia Militar do Amazonas – PMAM, Especialista em Segurança Pública (FOCUS). Graduação em Engenharia Mecânica - IFAM. Acadêmico da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no Curso Superior de Graduação em Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão. Contato: tailuizsouza@gmail.com

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

³ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

⁴ Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM. E-mail: azevedoam@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6612758484623284> Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4983-6246>

⁵ Cadete da Polícia Militar do Amazonas – PMAM, Especialista em Segurança Pública (CENES). Graduação em Segurança Pública – Faculdade Estácio de Sá. Acadêmico da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no Curso Superior de Graduação em Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão. Contato: syllas.lucas@gmail.com

⁶ Cadete da Polícia Militar do Amazonas – PMAM. Mestre em Ciências da Saúde (UFAM). Bacharel em Fisioterapia (UFAM). Acadêmico da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no Curso Superior de Graduação em Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão. Contato: andrad.luhan@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3074684078728446>



INTRODUÇÃO

Em um cenário onde as instituições democráticas do Brasil estão firmemente estabelecidas, a segurança pública se depara com um paradoxo: altos índices de violência letal contrastam com uma percepção generalizada de inação das instituições. Na Amazônia Ocidental, essa questão se torna ainda mais complexa devido às peculiaridades geográficas e logísticas que fazem do controle do crime uma tarefa dispendiosa e complicada. É preciso investigar profundamente a relação entre o número de policiais e a criminalidade, especialmente em situações em que a presença do Estado pode ser crucial para reduzir danos em áreas de difícil acesso (SILVA JÚNIOR et al., 2025).

Historicamente, o estado do Amazonas apresenta uma taxa de mortes violentas intencionais entre 27,3 e 27,4 por 100 mil habitantes, que é maior do que a média nacional. A capital, Manaus, apresenta um número elevado de homicídios, muitos dos quais estão relacionados a facções que exploram as rotas fluviais para o tráfico de drogas. Isso evidencia a urgência de políticas que considerem a singularidade da Amazônia, já que o isolamento geográfico e a falta de presença estatal contribuem para a interiorização do crime organizado (FBSP, 2025; FREITAS et al., 2025).

Para dar suporte a esta pesquisa, foram consultadas as legislações que regem a atuação da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), como a Lei nº 3.793/2012 e o Planejamento Estratégico 2023–2032. Esse planejamento visa sincronizar as ações da corporação com as metas de diminuição da criminalidade e melhorar a gestão de pessoal para lidar com novas configurações criminosas. A base legal é o alicerce que permite o aumento do efetivo de maneira ordenada e tecnicamente possível (PMAM, 2023; SILVA JÚNIOR et al., 2025).

A atuação da força pública, por sua vez, é embasada nas diretrizes do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM), o qual foi criado pela Portaria nº 107/PMAM/2011, permitindo o suporte técnico à análise de informações. Do ponto de vista científico, a discussão acerca da eficácia policial se fundamenta em modelos matemáticos de alocação de recursos, como a Fórmula do Efetivo Ideal, além de teorias de prevenção criminal que se baseiam em dados de inteligência. O foco desses modelos é a otimização da distribuição do efetivo, ou seja, o policiamento deve ser preventivo e não reativo (FREITAS et al., 2025).

A questão principal é como o aumento e a melhor distribuição do efetivo policial podem diminuir a ocorrência de crimes violentos, levando em conta a expansão das facções e as particularidades locais. O ponto que se busca evidenciar é que a realocação técnica do



efetivo tem reflexo direto na eficiência da atuação e na prontidão do Estado no combate aos ilícitos. É preciso investigar se apenas a presença física é suficiente ou se a alocação técnica em pontos estratégicos é que realmente faz a diferença (LEITÃO et al., 2025; SILVA JÚNIOR et al., 2025).

A urgência deste estudo, do ponto de vista social, é justificada pela necessidade de proteger direitos fundamentais e reduzir os índices de violência que ultrapassam em mais de 30% a média nacional. O aumento da presença do Estado, portanto, não pode ser meramente físico; deve ser um aumento qualificado, tanto no que se refere à interiorização da criminalidade quanto à luta por espaços estratégicos. Para além da inércia institucional, é preciso uma gestão fundamentada em evidências que atenda às necessidades de segurança de uma população exposta às facções (FBSP, 2025; FREITAS et al., 2025; PICANÇO et al., 2026).

Por fim, este estudo tem como meta geral investigar a reestruturação da quantidade de efetivo da PMAM e de que forma esse investimento impacta na segurança da população do Amazonas. Espera-se que os dados obtidos a partir da análise da relação entre a quantidade de força e os índices de CVLI possam contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e para uma melhor alocação de recursos. Esse estudo, portanto, visa oferecer uma fundamentação técnica que possibilite um redimensionamento do efetivo que seja estratégico e eficiente (SILVA JÚNIOR et al., 2025; YAMAGATA et al., 2025).

2. METODOLOGIA

O presente estudo delinea-se por uma trajetória metodológica fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental, amparada pelo referencial teórico de autores como Severino (2017) e Gil (2022), o que garante o rigor científico e a profundidade analítica necessários à investigação. A escolha pelo caráter exploratório justifica-se pela necessidade de elucidar as complexas interações entre o quantitativo de efetivo da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM) e os índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), permitindo a interpretação das correlações entre a densidade de força e a redução da violência letal (SILVA JÚNIOR et al., 2025).

Sob uma perspectiva qualitativa e quantitativa-descritiva, o estudo adota os métodos descritivo e hipotético-dedutivo para investigar de que maneira o redimensionamento técnico do contingente pode atuar como vetor de indução para a modernização e eficiência da



segurança pública no cenário amazônico (MINAYO, 2012). A técnica de pesquisa consistiu em um levantamento metódico de dados em fontes bibliográficas e documentos normativos, com foco na análise da legislação vigente e diretrizes institucionais, incluindo a Lei nº 3.793/2012, que rege a organização da PMAM, e o Planejamento Estratégico 2023–2032 da corporação (PMAM, 2023). O *corpus* analítico compreende, ainda, artigos científicos recentes, relatórios de produtividade policial e o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS) do Amazonas

3. DINÂMICA CRIMINAL E DÉFICIT HISTÓRICO DE EFETIVO NO AMAZONAS

O Estado do Amazonas apresenta desafios de segurança pública que são indissociáveis da sua geografia peculiar e extensão territorial. A vasta rede hidrográfica, marcada por rios que funcionam como verdadeiras rodovias, impõe barreiras logísticas severas que dificultam a fiscalização e favorecem a atuação de grupos criminosos transnacionais. Esse ecossistema geográfico tornou-se o centro de uma disputa violenta entre facções como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), que controlam rotas estratégicas de narcotráfico, especialmente no Rio Solimões, transformando a região num corredor crítico para o crime organizado (BENAYON JÚNIOR et al., 2025; LEITÃO et al., 2025).

A pressão exercida por estas organizações reflete-se diretamente nos índices de criminalidade urbana, com a cidade de Manaus a registrar 866 homicídios apenas no ano de 2023. Esta realidade evidencia como a dinâmica das fronteiras e o domínio das rotas de tráfico transbordam para os centros urbanos, gerando uma crise de violência letal. Paralelamente, o custo do bem-estar social relativo ao controle criminal na Amazônia Ocidental tem crescido de forma alarmante, demonstrando que o aumento das despesas orçamentais nem sempre é acompanhado pela redução das taxas de mortalidade, o que exige uma análise sobre a qualidade do gasto público (JANUÁRIO et al., 2025; LEITÃO et al., 2025).

Enquanto a criminalidade se especializa e se expande, a Polícia Militar do Amazonas (PMAM) enfrenta um declínio acentuado no seu quadro de pessoal, tendo perdido cerca de 11% do seu efetivo na última década. Esta defasagem numérica inviabiliza a manutenção de um policiamento ostensivo ideal, resultando na menor capacidade de prevenção e no aumento da sensação de insegurança. A inércia institucional em promover a recomposição contínua do efetivo agrava a vulnerabilidade social, permitindo que vácuos de poder sejam



prontamente ocupados por facções criminosas em áreas críticas do estado (FREITAS et al., 2025; PICANÇO et al., 2026).

Além do impacto direto na repressão, o déficit de pessoal gera uma grave crise de saúde mental dentro da corporação policial. O aumento da jornada de trabalho e a exposição constante ao risco, sem o suporte de um contingente de reserva adequado, resultam em elevados índices de estresse e adoecimento ocupacional. A efetivação do direito social à saúde, garantido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica das Polícias Militares, torna-se um desafio diante das exigências extremas da atividade policial e da carência de políticas públicas de valorização profissional (FERNANDES; GAMA, 2025; SOUZA et al., 2025).

A interiorização da violência é outro fator agravado pela falta de efetivo, pois municípios menores tornam-se pontos de apoio logístico para o tráfico de drogas e armas. A ausência de uma presença estatal robusta nestas localidades facilita a coação da população local e a consolidação de territórios dominados pelo crime organizado. Sem uma política de reposição que acompanhe o crescimento populacional e a expansão das facções, o Estado perde o seu poder de dissuasão, tornando o controle criminal uma tarefa cada vez mais onerosa e complexa para as forças de segurança (SILVA JÚNIOR et al., 2025; YAMAGATA et al., 2025).

O cenário de precarização do trabalho policial é reforçado pela falta de investimentos em infraestrutura e equipamentos que acompanhem o aumento da demanda criminal. O Planejamento Estratégico 2023–2032 da PMAM reconhece que a eficácia da tropa está diretamente ligada às condições de trabalho e ao apoio institucional recebido. Contudo, a lacuna entre as metas planejadas e a execução orçamentária real cria um obstáculo para a modernização da força, mantendo o efetivo operando em condições de sobrecarga que limitam a eficiência operacional nas zonas de maior conflito (PMAM, 2023; SOUZA et al., 2025).

Por fim, a análise do déficit histórico de efetivo deve considerar não apenas os números brutos, mas a perda de capital intelectual e técnico com a passagem de veteranos para a reserva sem a devida transferência de conhecimento. A falta de concursos regulares interrompe o ciclo de renovação da tropa, afetando a continuidade de projetos estratégicos e o comando de unidades especializadas. Superar este cenário exige que o Governo do Estado priorize a recomposição do contingente como medida urgente para garantir a sobrevivência das instituições de segurança pública (FREITAS et al., 2025; PICANÇO et al., 2026).



4. A RELAÇÃO ENTRE EFETIVO POLICIAL E REDUÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS

A literatura especializada em segurança pública atesta que o incremento planejado no número de policiais é uma variável fundamental para a mitigação da criminalidade violenta. A presença física e a visibilidade da autoridade policial atuam como mecanismos de dissuasão, elevando o custo percebido pelo criminoso ao aumentar o risco de ser interceptado ou preso em flagrante. Estudos indicam que, no Amazonas, existe uma correlação direta entre o aumento do contingente ostensivo e a queda nos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), devolvendo ao Estado o controle sobre o espaço público (BARBOSA, 2016; SILVA JÚNIOR et al., 2025).

Contudo, a gestão isolada da quantidade de policiais, sem uma estratégia definida, demonstra-se insuficiente para resolver o problema da violência de forma sustentável no longo prazo. A eficácia da segurança pública não depende apenas da massa crítica de agentes, mas da qualidade da alocação e do suporte tecnológico oferecido em campo. De acordo com a teoria da escolha racional, para que o aumento do efetivo seja eficaz, ele deve ser acompanhado de uma maior probabilidade real de punição e de uma legitimidade institucional que desencoraje a prática delituosa (PICANÇO et al., 2026; YAMAGATA et al., 2025).

A relação entre efetivo e redução do crime também passa pela capacidade de rápida resposta em ocorrências de alta complexidade em um cenário geográfico desafiador. Um contingente robusto permite que a Polícia Militar cubra áreas de risco com maior capilaridade, reduzindo o tempo de atendimento e aumentando a eficácia das prisões, o que impacta positivamente na sensação de segurança. No Amazonas, a dispersão populacional exige que o efetivo seja distribuído de forma a garantir que mesmo comunidades distantes sintam a presença protetiva do Estado frente às ameaças das facções (FREITAS et al., 2025; LEITÃO et al., 2025).

A modernização da gestão de pessoal exige que o impacto redutor da criminalidade seja monitorado por indicadores técnicos de desempenho e metas de produtividade. O redimensionamento técnico do efetivo, aliado a políticas de valorização e saúde mental, cria um ambiente propício para que o policial execute suas funções de forma proativa. A valorização profissional e o cuidado com o estresse ocupacional são componentes estratégicos



que potencializam o impacto do efetivo, transformando o investimento em recursos humanos em resultados sociais tangíveis e preservação de vidas (FERNANDES; GAMA, 2025; SOUZA et al., 2025).

Ademais, a redução da violência letal exige que o aumento do efetivo seja integrado a um sistema robusto de inteligência e identificação civil. A modernização dos processos de identificação biométrica tem se mostrado um salto importante na eficiência da administração pública amazonense, permitindo maior precisão nas abordagens. Quando o policiamento ostensivo é apoiado por dados técnicos e biometria, a probabilidade de erro é reduzida e a eficácia das operações policiais é maximizada, gerando um efeito dissuasório muito mais potente sobre a criminalidade organizada (PORTELA; AGUIAR, 2025).

Nesse sentido, o custo do bem-estar social relativo ao controle criminal na Amazônia Ocidental evidencia que o aumento de gastos orçamentários precisa ser acompanhado de eficiência administrativa. O investimento na recomposição do efetivo deve ser pautado pela qualidade do gasto público, garantindo que o incremento de pessoal resulte na diminuição real das taxas de mortalidade por agressões. Superar a inércia institucional requer que a alocação de novos policiais ignore pressões políticas e siga critérios estritamente técnicos de mancha criminal e necessidade social (JANUÁRIO et al., 2025; PICANÇO et al., 2026).

É importante destacar que a legitimidade da atuação policial perante a sociedade é um fator determinante para que o aumento do efetivo resulte em redução real do crime. A confiança da população na instituição facilita a obtenção de informações e denúncias, essenciais para o trabalho de inteligência estratégica. Superar a percepção de ineficiência é vital para que o incremento numérico de policiais seja visto como um benefício social. O fortalecimento do vínculo entre polícia e comunidade é o que garante a sustentabilidade das reduções de índices criminais obtidas com o novo contingente (PICANÇO et al., 2026; SILVA JÚNIOR et al., 2025).

Em suma, a recomposição do quadro de oficiais e praças da PMAM é um passo necessário que deve ocorrer sob uma lógica de governança baseada em evidências. O desafio para o Amazonas é garantir que este investimento em pessoal seja contínuo e acompanhado de tecnologias de monitoramento e análise criminal avançada. Só assim será possível alterar de forma duradoura o cenário de violência letal e garantir o direito fundamental à segurança pública para todos os cidadãos, respeitando os preceitos do Plano Estadual de Segurança Pública (SILVA JÚNIOR et al., 2025; YAMAGATA et al., 2025).



5. MODELOS ESTRATÉGICOS DE ALOCAÇÃO E AÇÃO POLICIAL

Para que a recomposição do efetivo da PMAM gere resultados práticos, é imperativo adotar modelos estratégicos de alocação que superem o empirismo tradicional. A "Fórmula do Efetivo Ideal" surge como uma ferramenta técnica essencial, cruzando dados populacionais com índices de violência e vulnerabilidades geográficas para definir a distribuição exata de homens por localidade. Este dimensionamento técnico deve levar em conta o conceito de "cidade-chave", especialmente em municípios que funcionam como nós logísticos para o narcotráfico nas fronteiras do Amazonas, garantindo que o aumento do efetivo não seja apenas numérico, mas estrategicamente distribuído (PMAM, 2023; SILVA JÚNIOR et al., 2025).

A transição para o Policiamento Orientado pela Inteligência (POI) representa um marco na modernização institucional da Polícia Militar. Este modelo utiliza o Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) para identificar as chamadas "áreas quentes" (*hot spots*), onde a incidência de crimes violentos é estatisticamente superior, permitindo que o efetivo seja empregado onde a sua presença é mais crítica. A análise criminal, apoiada no histórico de identificação civil e biometria, fornece o substrato necessário para que as operações sejam guiadas por evidências sólidas, maximizando a eficiência da administração pública e reduzindo a impunidade (FREITAS et al., 2025; PORTELA; AGUIAR, 2025).

No âmbito operacional, o motopatrulhamento tático realizado pela ROCAM oferece a mobilidade e a velocidade indispensáveis para o enfrentamento da criminalidade em locais de difícil acesso, como os becos das periferias de Manaus. A agilidade das motocicletas combate diretamente o uso frequente deste tipo de veículo por criminosos na prática de roubos e execuções, ampliando o poder de repressão e a taxa de flagrantes. O treinamento especializado e a mobilidade estratégica destas unidades táticas garantem que o aumento do efetivo se converta numa força de pronta resposta altamente dissuasiva contra o crime organizado (PORTELA; AGUIAR, 2025).

Além da mobilidade, a integração tecnológica com sistemas de videomonitoramento e análise de dados em tempo real potencializa a ação do efetivo em campo. O uso de tecnologias de reconhecimento facial e leitura de matrículas permite que o policial atue de forma mais precisa, focando em indivíduos com mandados de prisão em aberto ou veículos roubados. Este suporte tecnológico reduz o tempo de busca e aumenta a eficiência das patrulhas, permitindo



que uma força menor consiga cobrir uma área maior com maior eficácia operativa, alterando o cálculo de custo-benefício do criminoso (PORTELA; AGUIAR, 2025; YAMAGATA et al., 2025).

O Planejamento Estratégico 2023–2032 da PMAM serve como o norteador destas ações, estabelecendo metas claras para a reestruturação física e tecnológica de todas as unidades policiais. A convergência entre inteligência estratégica, mobilidade tática e alocação científica é o único caminho para que o Amazonas consiga pacificar as suas regiões mais críticas e combater a inércia institucional. Este planejamento deve ser revisto periodicamente para se adaptar às mudanças nas dinâmicas das facções criminosas e às novas tecnologias de segurança que surgem no mercado global, garantindo a sustentabilidade das ações (PMAM, 2023; YAMAGATA et al., 2025).

A valorização do capital humano é um pilar transversal a todos os modelos de alocação, pois um policial motivado e bem treinado tem um rendimento operacional superior. Políticas de incentivo, cursos de especialização contínua e programas de atenção à saúde física e mental são essenciais para manter o efetivo operante e eficiente diante das exigências da atividade. Sem o investimento na qualidade de vida e na saúde mental do policial, qualquer modelo estratégico de alocação corre o risco de falhar devido à desmotivação ou ao afastamento médico excessivo dos agentes da ativa (FERNANDES; GAMA, 2025; SOUZA et al., 2025).

Dessa forma, a eficácia dos modelos de ação policial depende da integração entre as diferentes forças de segurança e o sistema de justiça criminal. A troca de informações entre a Polícia Militar, a Polícia Civil e os órgãos federais é vital para desarticular as estruturas financeiras do crime organizado que financiam a violência no Amazonas. O sucesso da segurança pública estadual repousa na capacidade de converter o aumento do efetivo numa força de inteligência integrada e tecnicamente superior às organizações criminosas, reduzindo drasticamente os índices de homicídios no estado (PICANÇO et al., 2026; SILVA JÚNIOR et al., 2025).

Ademais, a sustentabilidade dos modelos estratégicos de segurança no Amazonas depende da superação da chamada "inércia institucional", que muitas vezes prioriza respostas reativas em detrimento de um planejamento de longo prazo. O fortalecimento do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) deve ser acompanhado de uma política contínua de renovação dos quadros, evitando que o capital intelectual da corporação se perca com a passagem dos veteranos para a reserva. A integração de novos policiais, devidamente instruídos em tecnologias de monitoramento e análise de dados, permite que a PMAM



mantenha uma postura proativa, capaz de antecipar movimentações criminosas e proteger as fronteiras com maior eficiência técnica. Assim, o aumento do efetivo consolida-se como um investimento vital para a manutenção da ordem democrática e a preservação do bem-estar social na região amazônica (PICANÇO et al., 2026; YAMAGATA et al., 2025).

A análise dos dados atesta que o déficit na reposição do efetivo policial afeta agressivamente tanto a capital quanto o interior, criando vácuos de poder explorados pelo crime organizado. O declínio de aproximadamente 11% no contingente da PMAM na última década, caindo de 9.252 militares em 2013 para cerca de 8.250 em 2023, compromete a resposta estatal. Essa redução numérica, sem uma política de renovação contínua, resulta em sobrecarga operacional que limita a presença ostensiva em áreas críticas de conflito (FREITAS et al., 2025; SILVA JÚNIOR et al., 2025).

No interior, a situação revela-se ainda mais alarmante, especialmente em municípios estratégicos situados em áreas de fronteira e rotas de narcotráfico. Dados técnicos apontam que cidades como Tabatinga operam com defasagem de 60,6%, enquanto São Gabriel da Cachoeira atinge o índice crítico de 89,7% de carência. Essa escassez nas zonas fronteiriças facilita o escoamento de ilícitos pelas calhas dos rios, uma vez que a Polícia Militar não consegue manter a densidade necessária para o controle (SILVA JÚNIOR et al., 2025; BENAYON JÚNIOR et al., 2025).

A expansão das facções criminosas no Amazonas aproveita-se justamente dessa fragilidade no policiamento para consolidar o domínio sobre o Rio Solimões. O controle das rotas fluviais é acompanhado por um aumento nos homicídios, especialmente em Manaus, onde foram registrados 866 casos no ano de 2023. A correlação entre o baixo efetivo e a alta letalidade indica que, sem a presença dissuasiva da autoridade, o cálculo de custo-benefício dos agentes criminosos pende para a execução de delitos violentos (LEITÃO et al., 2025; PICANÇO et al., 2026).

Entretanto, as evidências apontam que o uso do Policiamento Orientado pela Inteligência (POI) tem mitigado parte desses danos ao tornar a alocação mais precisa. Através das análises do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM), os gestores conseguem direcionar os recursos humanos para as chamadas áreas quentes ou *hot spots*. Essa estratégia permite que, mesmo diante da escassez de pessoal, a resposta policial seja cirúrgica,



priorizando o combate aos grupos que mais geram instabilidade social e violência no território (FREITAS et al., 2025; PMAM, 2023).

Somado à inteligência, o emprego do motopatrulhamento tático pela ROCAM tem demonstrado resultados consistentes na desarticulação da criminalidade urbana violenta. A mobilidade das motocicletas permite o acesso a áreas de difícil circulação, como becos e invasões, onde viaturas tradicionais possuem limitações severas. O aumento nas prisões e apreensões de armas por estas unidades táticas desestabiliza a logística das facções, elevando a percepção de risco para criminosos que utilizam a agilidade do trânsito para fugas (PORTELA; AGUIAR, 2025).

Outro ponto relevante na discussão é o impacto do déficit de pessoal na saúde mental e valorização do policial, fatores que influenciam diretamente na qualidade dos resultados. A sobrecarga de trabalho e a exposição contínua ao risco, sem o suporte de um contingente adequado, geram níveis elevados de estresse e afastamentos médicos. A eficácia da segurança pública não depende apenas de números brutos, mas da higidez dos agentes, o que exige políticas públicas de valorização que acompanhem a reestruturação (FERNANDES; GAMA, 2025; SOUZA et al., 2025).

A análise sugere que o custo do bem-estar social para o controle do crime na região tem crescido sem, contudo, reverter totalmente as taxas de mortalidade. Isso demonstra que o investimento apenas em despesas correntes, sem o redimensionamento técnico baseado na "Fórmula do Efetivo Ideal", resulta em ineficiência administrativa. Para que o Amazonas reduza os índices de CVLI, é fundamental que o Planejamento Estratégico 2023–2032 seja seguido, integrando tecnologia, inteligência e reposição de pessoal (JANUÁRIO et al., 2025; YAMAGATA et al., 2025).

Por fim, os resultados corroboram que o aumento do efetivo, associado à identificação biométrica e análise criminal, fortalece a segurança e a proteção de direitos fundamentais. A redução de erros na identificação de suspeitos e a precisão nas abordagens aumentam a legitimidade da PMAM perante a sociedade civil. Assim, a solução para a segurança no Amazonas passa pela convergência entre a recomposição do quadro e a adoção de táticas baseadas em evidências para enfrentar as organizações criminosas (PICANÇO et al., 2026; PORTELA; AGUIAR, 2025).

O aumento do efetivo de segurança pública no estado do Amazonas tem sido uma estratégia recorrente para enfrentar os altos índices de criminalidade violenta, especialmente



IMPACTO DO AUMENTO DO EFETIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA REDUÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS NO ESTADO DO AMAZONAS

Souza et. al

em áreas urbanas como Manaus. A presença ampliada de policiais nas ruas tende a gerar um efeito imediato de dissuasão, reduzindo a sensação de impunidade e aumentando a percepção de segurança entre os cidadãos. Esse impacto inicial costuma ser mais visível em regiões onde a criminalidade é mais concentrada e onde a atuação ostensiva das forças de segurança pode interromper dinâmicas criminosas já estabelecidas.

Além da presença física, o reforço do efetivo permite maior capacidade operacional para ações planejadas, como operações integradas, patrulhamento especializado e resposta rápida a ocorrências. No Amazonas, onde a geografia complexa e a extensão territorial dificultam o policiamento, ter mais agentes disponíveis amplia a possibilidade de cobertura de áreas antes negligenciadas. Isso é particularmente relevante em municípios do interior, onde a criminalidade violenta tem crescido nos últimos anos.

Outro ponto importante é que o aumento do efetivo pode fortalecer investigações e ações de inteligência, desde que acompanhado de investimentos em formação e tecnologia. Crimes violentos no Amazonas, como homicídios e latrocínios, muitas vezes estão ligados a disputas entre facções criminosas que atuam no tráfico de drogas. Um efetivo maior, bem treinado e distribuído de forma estratégica, pode contribuir para desarticular essas organizações e reduzir a violência associada a elas.

No entanto, o aumento do número de policiais, por si só, não garante uma redução sustentável dos crimes violentos. Sem políticas públicas integradas, melhorias na gestão policial e ações sociais complementares, o impacto tende a ser limitado ou temporário. A violência no Amazonas tem raízes profundas, relacionadas a desigualdades sociais, falta de oportunidades e presença de organizações criminosas que se aproveitam da vulnerabilidade de jovens e comunidades periféricas.

Outro desafio é a necessidade de equilibrar quantidade e qualidade. Expandir o efetivo sem garantir formação adequada, condições de trabalho e supervisão pode gerar efeitos contrários, como aumento de abordagens mal conduzidas, desgaste profissional e até violações de direitos. A segurança pública eficaz depende tanto do número de agentes quanto da capacidade técnica e ética desses profissionais.

Também é fundamental considerar que a segurança no Amazonas envolve particularidades ambientais e logísticas. A atuação em áreas ribeirinhas, fluviais e de difícil acesso exige treinamento especializado e recursos adequados. O aumento do efetivo só se traduz em redução da violência quando acompanhado de infraestrutura compatível com os



desafios regionais, como embarcações, aeronaves, tecnologia de comunicação e integração entre forças estaduais e federais.

Por fim, o impacto positivo do aumento do efetivo policial na redução dos crimes violentos no Amazonas é real, mas depende de uma combinação de fatores. Quando articulado com políticas sociais, investimentos em inteligência, fortalecimento das instituições e ações preventivas, o reforço policial pode contribuir para mudanças duradouras. Sem essa integração, porém, tende a ser apenas uma resposta emergencial a um problema que exige soluções estruturais e contínuas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento do efetivo da Polícia Militar do Amazonas é um elemento crucial para a diminuição dos crimes violentos no estado, funcionando como um instrumento básico de dissuasão criminal. A reposição de efetivo de oficiais e praças possibilita ao Estado reestabelecer o controle sobre o território em pontos específicos, onde a falta de policiamento ostensivo permitiu a expansão das facções e o crescimento da letalidade. Aumento de efetivo eleva risco da atividade criminosa, muda cálculo de custo-benefício para o crime e dá uma resposta mais rápida às necessidades da população amazonense.

A urgência no preenchimento das vagas remanescentes é evidenciada pelo fato de que, para sanar um déficit histórico de 11% no contingente, que sobrecarrega a atual estrutura e compromete a segurança na capital e no interior, é preciso agir rapidamente. Quando a corporação atinge níveis adequados de pessoal, é possível manter uma presença física constante e visível, o que é crucial para a prevenção de homicídios e roubos. O aumento do efetivo, portanto, vai além de uma simples medida administrativa e se torna uma necessidade estratégica para que os números alarmantes de mortes violentas, que já superam a média nacional no território, sejam invertidos.

Porém, o efeito benéfico do aumento numérico se potencializa quando o novo efetivo é distribuído de acordo com modelos técnicos e científicos de alocação de força. A aplicação da Fórmula do Efetivo Ideal e do Policiamento Orientado pela Inteligência (POI) garante que os policiais sejam direcionados para os chamados hot spots de criminalidade. Com isso, o reforço no contingente não se torna aleatório, mas sim direcionado para desarticular a



IMPACTO DO AUMENTO DO EFETIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA REDUÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS NO ESTADO DO AMAZONAS

Souza et. al

logística de organizações criminosas e proteger municípios fronteiriços que hoje funcionam com sérias carências operacionais.

A simples presença não é o suficiente, e o aumento de efetivo gera resultados expressivos na eficiência das unidades táticas especializadas cuja mobilidade é crucial para o contexto urbano de Manaus. Com um grande efetivo, o Estado aumenta a sua capacidade de prender em flagrante e apreender armamentos de grosso calibre e descapitalizar o crime organizado, o que desestabiliza o funcionamento das facções. A combinação do aumento de efetivo com o suporte tecnológico de identificação biométrica possibilita que cada agente em campo atue com maior precisão, convertendo a força numérica em um instrumento de inteligência operacional.

Em última análise, basta persistir no investimento em capital humano, conforme o Planejamento Estratégico 2023–2032. O incremento de efetivo deve ser considerado o fundamento de uma política pública, pautada em evidências, que consiga romper com a inércia institucional e promover a valorização do profissional. A verdadeira e sustentável diminuição dos crimes violentos, que assegura a vida e a ordem pública em cada uma das calhas fluviais do estado, só será possível através dessa visão sistêmica que integra a força de trabalho à inteligência estratégica.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Lei nº 3.793, de 29 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Amazonas e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2012. Disponível em: <https://www.aleam.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BARBOSA, K. V. G. O impacto do efetivo policial sobre a criminalidade: evidências para as cidades de Minas Gerais. **Belo Horizonte: UFMG**, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BENAYON JÚNIOR, V. G. et al. Geopolítica do tráfico de drogas no Amazonas. **PBPC – Periódicos Brasil**, v. 4, n. 2, p. 1400-1433, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-9432.2025v4n2p1400-1433>. Acesso em: 12 fev. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2026.



FERNANDES, J.da S; GAMA, A. C. Saúde mental e direito social à saúde na Polícia Militar do Amazonas. **Interference Journal**, v. 11, n. 2, p. 8915-8935, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p8915-8935>. Acesso em: 05 mar. 2026.

FREITAS, E. C. et al. O impacto do aumento do efetivo policial na redução de crimes violentos no Amazonas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 19, n. 1, 2025. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

JANUÁRIO, J. R.; NASCIMENTO, A. G. O.; FIORAVANTE, E. F. Custo do bem-estar social de controle criminal na Amazônia Ocidental. **EALR**, v. 8, n. 1, 2025. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/9890> Acesso em: 10 fev. 2026.

LEITÃO, R. G. de S. et al. Análise dos homicídios em Manaus, Amazonas, em 2023: desafios e perspectivas para a segurança pública. **Interference Journal**, v. 11, n. 2, p. 1632-1648, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p1632-1648>. Acesso em: 14 out. 2025.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PICANÇO, L. A. A. et al. Segurança Pública, racionalidade criminal e inércia institucional: uma análise multidimensional do crime urbano no Brasil. **REASE**, v. 12, n. 3, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i3.24772>. Acesso em: 05 fev. 2026.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS (PMAM). **Planejamento Estratégico 2023–2032**. 1. ed. Manaus: PMAM, 2023. Disponível em: https://pubhtml5.com/pwpcd/btdu/PLANEJAMENTO_ESTRATEGICO_2023-2032/ Acesso em: 20 jan. 2026.

PORTELA, R. L.; AGUIAR, D. M. Histórico da identificação civil e as contribuições para a análise criminal no sistema de segurança pública do Amazonas. **REASE**, v. 12, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i1.23685>. Acesso em: 09 dez. 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA JÚNIOR, A. F. et al. Reestruturação do efetivo da PMAM e impacto nos CVLI: uma análise técnica. **Revista de Gestão e Segurança Pública**, v. 4, n. 2, 2025. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/1834> . Acesso em: 19 mar. 2026.

SOUZA, S. M. et al. Políticas públicas de valorização do Policial Militar no estado do Amazonas. **RCMS**, v. 2, 2025. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/1840> Acesso em: 16 dez. 2025.

YAMAGATA, A.K. et al. Inteligência e gestão de efetivo: o caso da Polícia Militar do Amazonas. **Anais do Simpósio de Segurança Pública da Amazônia**, v. 3, 2025. Disponível em:



**IMPACTO DO AUMENTO DO EFETIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA REDUÇÃO DOS CRIMES
VIOLENTOS NO ESTADO DO AMAZONAS**

Souza et. al

<https://iosrjournals.org/iosr-jbm/papers/Vol27-issue8/Ser-5/A2708050108.pdf> . Acesso em:
15 mar. 2026.